

VIII Congresso Latino-Americano de Ciência Política,  
organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP)  
Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, 22 a 24 de julho de 2015

Área de trabalho V: Metodologia em ciência política

Subárea: Debates metodológicos contemporâneos

**Lideranças políticas no Brasil<sup>1</sup>:**  
sistematização de dados biobibliográficos

Rafael Balseiro Zin  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*  
*rafaelbzin@hotmail.com*

Tathiana Senne Chicarino  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*  
*tathianasennechicarino@yahoo.com.br*

Rodrigo Estramanho de Almeida  
*Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*  
*restramanho@fespsp.org.br*

Cristina Maranhão  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*  
*crismaranhao1980@yahoo.com.br*

---

<sup>1</sup> Trabalho preparado para apresentação no VIII Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, de 22 a 24 de Julho de 2015.

## **Lideranças políticas no Brasil:** sistematização de dados biobibliográficos<sup>2</sup>

Rafael Balseiro Zin<sup>3</sup>  
Tathiana Senne Chicarino<sup>4</sup>  
Rodrigo Estramanzo de Almeida<sup>5</sup>  
Cristina Maranhão<sup>6</sup>

**Resumo:** A presente proposta tem como objetivo apresentar uma discussão teórico-metodológica acerca da coleta e sistematização de dados biobibliográficos de e sobre os diversos tipos de lideranças políticas no Brasil. Tal discussão insere-se no contexto do grupo temático de pesquisa intitulado *Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), cuja a finalidade é estabelecer um novo conceito acerca do que se compreende por liderança política, analisando, ao mesmo tempo, seus respectivos perfis e as condições históricas que possibilitaram tal emergência.

**Palavras-chave:** Lideranças políticas; Brasil; sistematização de dados biobibliográficos.

As proposições ora apresentadas foram elaboradas no contexto das atividades do projeto temático de pesquisa intitulado *Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais*<sup>7</sup>, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

---

<sup>2</sup> O presente trabalho é uma versão ligeiramente modificada do texto homônimo apresentado no 6º Seminário Nacional de Sociologia & Política *Releituras Contemporâneas: o Brasil na Perspectiva das Ciências Sociais*, ocorrido entre os dias 20 e 22 de maio de 2015, em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também foram considerados elementos do texto *Lideranças políticas no Brasil: uma proposta de sistematização de dados*, dos mesmos autores e de Vera Chaia, apresentado no Congresso Internacional *Elites y liderazgo en tiempos de cambio*, em Salamanca, na Espanha, ocorrido no dias 10 a 11 de junho de 2015.

<sup>3</sup> Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>4</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

<sup>5</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

<sup>6</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora do SENAC-SP.

<sup>7</sup> O Projeto Temático (nº 12/50987-3) “Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais” é financiado pela Fapesp. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas, neste trabalho, são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

As atividades de pesquisa do projeto estão distribuídas em quatro linhas de trabalho: a) Liderança política nas teorias e nos sistemas de pensamento; b) Lideranças políticas nos distintos períodos históricos brasileiros; c) As representações das lideranças políticas na mídia e na arte e; d) Dimensões da política atual e a liderança política em questão. Esse texto foi desenvolvido no contexto das atividades da segunda linha, que objetiva coletar e sistematizar dados biográficos e bibliográficos de e sobre os diversos tipos de lideranças políticas no Brasil. O desafio principal consiste em arrolar dados empíricos, que possam sustentar tipologias de lideranças em desenvolvimento teórico concomitante. Assim, o objetivo é fundamentar a teoria na prática de pesquisa, contribuindo para definição das categorias que caracterizarão os mais diversos tipos de lideranças, por meio de dados contextuais e biobibliográficos de personagens políticos da história do Brasil. Assim, este *paper* apresenta uma proposta teórico-metodológica acerca da coleta e sistematização de dados biobibliográficos de e sobre lideranças políticas no Brasil.

A contribuição deste trabalho consiste em definir parâmetros para a compreensão do fenômeno *liderança política*, estabelecendo tipologias e desenvolvendo conceitos, para, com isso, permitir que a leitura de fatos e nomes importantes da história política brasileira sejam relevados dentro das formas de compreensão das ciências sociais. Assim, buscando um conjunto de aberturas metodológicas, que não se apresentam como únicas, mas como possibilidades de abordagem da questão das lideranças políticas nos distintos períodos históricos, apresentaremos algumas reflexões a partir de diferentes pontos de vista. O intuito principal dessa seção do texto é expor um escopo teórico tal que nos forneça subsídios para a construção de ferramentas conceituais habilitadas a interpelar o objeto de pesquisa no que diz respeito à compreensão das condições históricas que propiciam a emergência de lideranças políticas. Para tanto, apresentaremos eixos de discussão acerca da categoria *tempo*, segundo o referencial de autores como Gramsci (1968), Maquiavel (1976) e Max Weber (2001); além de alguma colocação sobre as proposições da História Nova ou a chamada “Escola dos *Annales*” (2005).

Começemos, pois com considerações sobre lideranças políticas e história, em acordo com Werneck Vianna (1991, p. 126) que propõe que os processos políticos não dependem exclusivamente da vontade humana e, frequentemente, estão associados ao problema da conjuntura “onde se manifesta o ator concreto empreendendo uma ação

concebida a partir de uma intenção e orientada por uma previsão, mas que sendo realizada depende da interação de outros diferentes cálculos e atores”.

A construção e execução daquilo que tanto Gramsci (1968) quanto Maquiavel (1976) nomearam como “vontade coletiva”, assim, não dependem apenas da ação dos atores, mas, sobretudo, das condições históricas apresentadas, sendo que, se para o primeiro, o partido político, ou o moderno príncipe, é a primeira célula em que é possível a emergência dessa vontade e, pois, orientada para uma universalização; para o segundo, é o próprio príncipe aquele capaz de fazer essa aglutinação.

Em se tratando mais especificamente da análise das condições históricas, Gramsci (1968) nos traz uma importante distinção entre *movimentos orgânicos* e *processos de conjuntura*. Os movimentos orgânicos se caracterizam pela acentuada permanência, sendo capazes de reproduzir uma hegemonia. Podem ser entendidos como fenômenos de amplo alcance histórico ou de longa duração e, sobre esse tempo, pairam as formas expressivas da crise e da estabilização. Em momentos de estabilidade hegemônica, um grupo dominante é capaz de se coordenar:

[...] concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados (GRAMSCI, 1968, p. 50).

E, em momentos de crise, as contradições estruturais de mudança e conservação são evidenciadas, podendo se prolongar por uma dezena de anos (GRAMSCI, 1968, p. 46).

Os processos de conjuntura, por sua vez, são marcados pelo imediatismo. Apesar de ocasionais, são dependentes dos movimentos orgânicos, formando um nexos dialético. Diferentemente dos fatos orgânicos, durante a ocorrência de fatos conjunturais, pode surgir um “[...] ator orientado para ações súbitas e de caráter fulminante” (VIANNA, 1991, p. 153), um indivíduo concreto sujeito à mitificação, portanto, próximo ao líder carismático weberiano e ao *condottiero* de Maquiavel. Por não apresentar uma natureza orgânica, acaba por empreender um tipo de ação de restauração e reorganização, algo bastante distinto da forma pelo qual um movimento orgânico instrumentaliza sua ação: por meio de um ator orgânico (que não se trata de uma pessoa real, mas de um organismo) e de um tempo de longa duração, sem o qual a vontade coletiva (consciência atuante da necessidade

histórica) corre o risco de se pulverizar em um sem-número de vontades individuais, que podem ser diferentes e conflitantes. Em Maquiavel, segundo Werneck Vianna (1991), também surge o tema da criação de uma nova vontade coletiva. Mais precisamente, da fundação de um novo Estado como uma tentativa de repor a ordem ou de trazer estabilidade frente ao caos (um paralelismo também utilizado por Gramsci).

A formação dessa vontade política está orientada para determinado fim político, que, segundo o teórico italiano, não parte de classificações,

[...] princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, tudo o que faz trabalhar a fantasia artística de quem se quer convencer e dar forma mais concreta às paixões políticas. (GRAMSCI, 1968, p. 04)

Maquiavel (1976), em perspectiva oposta à de Gramsci (1968), ressalta as qualidades individuais do líder, cabendo a ele interpretar as condições e necessidades da criação dessa vontade geral a partir da *virtú*, em um tempo no sentido conjuntural tratado por Gramsci (1968), que é conhecido como a *fortuna*. Se para Maquiavel (1976) a *fortuna* é o tempo em que o imponderável se impõe, relegando à vontade humana apenas o exercício de algum tipo de controle, existem tempos que são mais propícios. E líderes que poderiam ser

[...] raros e extraordinários, foram entretanto homens, e todos aqueles tiveram ocasião menos azada que a presente, pois que os seus empreendimentos não foram mais justos do que este, nem mais fáceis, nem foi Deus mais amigo deles que vosso. (MAQUIAVEL, 1976, p. 148)

E a dificuldade principal se “[...] deve ao fato de não serem boas as antigas instituições e de não ter havido alguém que tenha sabido introduzir novas” (MAQUIAVEL, 1976, p. 149). Se, a despeito de se constituírem em uma profícua fonte metodológica, Gramsci (1968) e Maquiavel (1976) fazem uso de um tempo orientado para um plano de ação, seja ele voltado para a construção de uma vontade coletiva orgânica, ou para a fundação de um Estado, por outro lado, Weber (2001) vai buscar uma metodologia de pesquisa que se afasta de um conhecimento objetivo e universalizante e, embora não sirva como um instrumento para a implementação de algum projeto político, ainda assim se refere a uma realidade (fração) histórica.

Se a um passo a ordenação dessa realidade é feita a partir de categorias que são subjetivamente criadas, por outro, ela tem como base vinculações objetivas que visam:

a) identificar as regularidades e também as ausências a partir da realidade observada;

b) deduzir, dessa realidade, procedimentos que possibilitem o estabelecimento de leis passíveis de sofrerem comparação;

c) analisar de forma ordenada essas leis, combinadas a um entendimento dos fatores históricos de sua ocorrência;

d) atribuir, por uma regressão causal, causas individuais ao fenômeno analisado, buscando um conhecimento “histórico” (WEBER, 2001, p. 81) ou o seu sentido.

e) compreender, por fim, se essas regularidades já ocorriam; de que forma; e qual a sua relação com o momento presente, avaliando a possibilidade dessa ocorrência também no futuro.

Não é possível, todavia, controlar e compreender a totalidade das variáveis, restando ao pesquisador compreensões provisórias e parciais, tendo em vista que cada objeto de pesquisa, entendido enquanto um *fenômeno* é uma relação ou uma ação social. Dito em outras palavras, é uma *individualidade histórica* (WEBER, 2001). Considerando, portanto, o referencial weberiano, que muitas vezes se vale de um procedimento historicamente regressivo para o estabelecimento de categorias compreensivas, que aliam teoria e observação, apresentaremos, a seguir, a contribuição de alguns historiadores filiados ao campo da História Nova, especialmente no tocante a dois enfoques: a conciliação de uma ciência que se propõe idiográfica (ou que tem como objeto o que não se repete) e uma ciência nomotética (que visa descobrir leis, partindo de um estudo de repetições) (POMIAN, 2005, p. 139); e a diferenciação entre os sistemas de longa duração e os movimentos seculares, ou de conjuntura.

Krzysztof Pomian (2005, p. 151- 152), interpretando o tríptico braudeliano do tempo – *acontecimento, conjuntura e estrutura* – diz que o acontecimento é apenas uma constatação fatural, conservadora ou transformadora, que pode ser engendrado tanto pela conjuntura quanto pela estrutura. A parte referente à conjuntura é tida como as oscilações ou as flutuações de amplitudes diversas, que são encontradas no próprio do tempo e, assim, configurando-se como um tempo em si. Já a estrutura ou as estruturas, como Pomian (2005) prefere chamar, possuem um tempo que é lentíssimo e é capaz de impedir as oscilações cíclicas da conjuntura. Mas, quando há alguma mudança nas estruturas, elas se fazem de forma inovadora sendo capazes de “transcender as antigas injunções” (POMIAN, 2005, p. 152). Por conta de seu caráter de quase imobilidade, paralelamente ao de irreversibilidade de transformações, sua compreensão é mais clara, se comparamos as diferentes estruturas ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, como Vovelle (2005, p. 108) destaca, o referencial da História Nova trata de diferentes tempos entrelaçados na longa duração: o tempo curto da crise; o tempo médio do interciclo; e o tempo longo do movimento. Essas velocidades do tempo e a constatação de sua importância nos fazem crer que as descobertas históricas não passam apenas pelos caminhos da longa duração, mas, também, pelo entendimento das transformações graduais (VOVELLE, 2005).

Buscando um procedimento dialético que une o tempo curto ao tempo longo, sem a pretensão de ser totalizante, imaginamos poder empreender comparações, sem deixar de considerar as especificidades estruturais e de conjuntura em cada momento da trajetória política do Brasil, articulando a inovação com a tradição, a superação com a manutenção, seja porque a análise das estruturas pode nos ajudar a compreender certa dinâmica social ou mesmo porque nos permite identificar as permanências que desafiam a mobilidade das lideranças políticas. Isto é, as condições favoráveis à emergência de lideranças políticas, e de que tipo, e as condições que impedem esse florescimento.

Neste sentido, para orientar a seleção das lideranças políticas brasileiras nos diferentes períodos históricos, estabelecemos uma divisão cronológica pelo critério das mudanças estruturais. O caráter institucional dessa cronologia não impedirá que se faça uma abordagem cujos elementos socioculturais sejam, num segundo momento, levados em consideração quando das comparações entre períodos e entre lideranças, resultando, talvez, na identificação de permanências e transformações no tipo das lideranças políticas em cada período.

### ***Etapas do desenvolvimento político do Brasil com foco na identificação de lideranças***

Uma vez realizada alguma discussão de conceitos caros à posterior coleta de dados e sistematização de lideranças políticas brasileiras, elaboramos uma divisão da trajetória política do Brasil considerando as principais mudanças institucionais em cada período a fim de verificar o que é hegemônico ou conjuntural, bem como as transformações e repetições históricas. Essa divisão deverá condicionar, em parte, a escolha de personalidades atuando em cada momento. O primeiro critério de seleção será, pois, o que visa perscrutar aqueles nomes diretamente relacionados às mudanças institucionais em cada divisão. A exemplo, no que diz respeito ao período colonial, há uma gama de nomes relacionados às tarefas de administração dos negócios portugueses e estes deverão ser investigados à guisa de análise e verificação quanto a uma caracterização da liderança política no período colonial. Isto é, por exemplo: qual a investidura típica de um líder política entre 1500 e 1808?

Considerando as proposições teóricas iniciais, nossa hipótese é de que há mudanças no tipo de liderança em cada período, mas que também pode haver continuidades uma vez que a relação dos atores com a realidade coeva deva ser condicionada por formas do período que os antecedem.

À guisa de alguma compreensão da trajetória institucional da política brasileira, chegamos a uma divisão cronológica a ser considerada posteriormente na sistematização das lideranças. A problematização posterior dos atores em relação ao tempo e vice-versa será realizada no sentido de responder a seguinte pergunta: qual a investidura, isto é como se realizada e quais as características de uma liderança política no Brasil nos diferentes períodos históricos?

Assim, para uma caracterização sintética de cada período levamos em consideração as principais esferas de atuação das lideranças, bem como o particular político de cada momento, leia-se os aspectos que devem ser levados em consideração de saída quando a ideia é caracterizar a atuação política de um sujeito.

Apresentamos a seguir, com os objetivos supracitados, uma cronologia política do Brasil dividida em treze momentos cujas mudanças, pensamos, são significativas no que tange aos condicionamentos da atuação política:



### *Era colonial (1500-1808)*

Caracterizado por instituições políticas e administrativas portuguesas nas quais a investidura da liderança estaria caracterizada, principalmente, na sua posição quanto ao controle territorial, a fundação de unidades territoriais destinadas ao empreendimento do grande latifúndio, a instituição de postos comerciais, bem como ao controle militar exercido por milícias. Caberá, pois, identificar quais os principais personagens envolvidos neste processo como agentes ou funcionários do reino português. As instituições típicas do período cuja ocupação indica papel de liderança política e/ou administrativa são: as capitânicas hereditárias, as sesmarias, o governo geral, as câmaras locais e os conselhos administrativos.

### *Transição para a Independência (1808-1822)*

Esse período se inicia com a chegada da família real no Brasil e desemboca no processo de consolidação da independência. Nele, a modernização pelo alto empreendida por Portugal acaba por criar uma série de novas instituições que devem ser consideradas na atuação de lideranças políticas a começar por toda a estrutura do centro político e administrativo português agora fixado no Brasil. Deve-se considerar, pois, que boa parte das lideranças envolvidas na independência são deveras atuantes ou formam-se neste momento.

### *I Reinado (1822-1831)*

O momento é importante, pois nele é instituída a primeira constituição brasileira (1824) e serão criadas as primeiras instituições políticas independentes. Aqui, a estrutura do Estado deve ser considerada como fonte primeira de investidura de lideranças políticas uma vez que passa a existir a câmara dos deputados, o senado e o conselho de Estado, bem como os poderes executivo, moderador e judiciário. Não pode deixar de ser considerado, também, que a reconfiguração na organização e divisão do território, bem como a representação provincial, acabam por dar vazão ao aparecimento de lideranças políticas regionais.

### *Regências (1831-1840)*

A atribuição política do período subdividido em três diferentes regências acabará por criar novas lideranças políticas que ganharam evidência nas lutas provinciais ou na atuação parlamentar. Aqui será possível, pelas características do momento, levar a cabo alguma sistematização das ideologias ou doutrinas políticas em disputa, bem como buscar identificar quais as características da liderança política no Brasil em situação de crise e superação de intempéries institucionais.

Outro elemento importante a ser levado em consideração é a descentralização política donde operam mais lideranças regionais e locais em detrimento aos períodos anteriores cuja característica principal é a liderança em posição mais centralizada.

### *II Reinado (1840-1889)*

Neste período devem ser considerados alguns elementos importantes para a investidura da liderança política: nascimento dos primeiros partidos políticos formais; alguma modernização da estrutura do Estado donde novos cargos e posições são estatuídos; diferentes posicionamentos ideológicos quanto às questões de centralização e descentralização do Estado, bem como a abolição da escravatura.

Ainda deve ser considerado o aparecimento de lideranças políticas republicanas, sobretudo após 1870 quando as correntes positivistas, naturalistas e evolucionistas do pensamento europeu ganham expressão entre políticos e intelectuais.

### *I República (1889-1930)*

Esse período se inicia com um golpe militar o que leva a investigar lideranças políticas cujo aparecimento está vinculado a formação e ao desenvolvimento das forças armadas, bem como às novas ideologias amadurecidas desde 1870. Com a nova constituição republicana de 1891 devem ser considerados novos cargos políticos em disputa e a conseqüente formação de lideranças regionais e locais do ponto de vista institucional, uma vez que o federalismo havia sido implantado como regime do novo Estado republicano. De um lado a formação de novos partidos, bem como, de outro, o

amadurecimento do socialismo deve ser levado em consideração para a investigação de lideranças políticas. Ainda, não se pode deixar de considerar as dezenas de movimentos e levantes populares cuja significação é importante para caracterizar seus líderes.

#### *Era Vargas - Governo Provisório (1930-1934)*

O período do Governo Provisório de Vargas é marcado pelo início da implantação das políticas voltadas para a modernização do país. Não obstante que o período seja marcado por profunda centralização e que Getúlio Vargas possa ser caracterizado por um protagonismo muito diverso daquele corrente em períodos anteriores, não desaparecem por completo as lideranças locais e regionais e ainda dever-se-á levar em consideração as novas lideranças que aparecerão entremeadas ao pacto modernizador, ocupando cargos importantes na nova estrutura do Estado e nas novas correntes do trabalhismo.

#### *Era Vargas - Período Constitucional (1934-1937)*

Neste período em que Getúlio Vargas se mantém eleito pela Constituinte de 1933 e é promulgada nova constituição (1934), novas correntes políticas amadurecem, tais como a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ainda deverão ser consideradas as diversas frentes nascidas no escoadouro do processo de centralização, tal como a Frente Negra Brasileira, bem como a amplitude que nomes ligados às associações de classe, operárias e patronais, ganham no período.

#### *Era Vargas - Estado Novo (1937-1945)*

O período marca a centralização do Estado varguista, a nacionalização do corporativismo, a perseguição às correntes políticas de oposição, bem com o aprofundamento do processo de urbanização, industrialização e modernização da sociedade brasileira. O aspecto mais importante a ser considerado para a formação de novas lideranças políticas no período é aquele ligado diretamente ao processo de centralização do Estado. Com ele são criados novos departamentos, bem como os governadores são substituídos por interventores que entre outros ocupantes da burocracia varguista no Estado Novo virão a ser importantes lideranças políticas no período ulterior.

### *República Nova (1946-1964)*

O primeiro momento democrático brasileiro impõem condições objetivas para a caracterização de lideranças políticas no Brasil: serão organizados novos partidos políticos, bem como ganharão tino expressões de classe que no ambiente de exceção do período anterior não adquiriram perfil nítido e que agora transmutam-se em lideranças populistas. Ainda, frente a liberdade relativa no momento é possível detectar o aparecimento ou o reaparecimento de lideranças políticas não circunscritas à órbita do Estado e, muitas vezes, relacionadas a setores de vanguarda, urbanos e rurais, ou a esquerda socialista e comunista. Amadurecem, também, lideranças atuantes em setores específicos tais como cultural, estudantil, populares e etc.

### *Regime Militar (1964-1985)*

Com as mudanças provocadas pelo regime militar a partir das quais a representação pelo alto se reorganizará compulsoriamente, novos elementos devem ser considerados, uma vez que diversas lideranças políticas ressurgem ou surgem e terão atuação central no período posterior. Foi durante este período que se estabeleceu compulsoriamente o bipartidarismo, dividindo os parlamentares nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Com a distensão do regime, a partir da segunda metade dos anos 1970, novos movimentos passam a atuar e devem ser relevados na formação de lideranças políticas: as greves no ABC Paulista (1978-1981), a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1981, a anistia aos presos políticos, o comício das Diretas Já (1982-1983) e o processo de redemocratização.

### *Redemocratização (1985-1989)*

São elementos centrais para a caracterização de lideranças políticas no período a consolidação e o aparecimento de novos partidos, bem como a primeira eleição direta para o executivo nacional em 1989 e realinhamento das forças políticas regionais e locais. Ainda, a agenda social inflacionada pela nova constituição abrirá caminho para o

aparecimento de novas lideranças cuja atuação, muitas vezes, estará ligada ao ambiente da sociedade civil e não apenas dos partidos e do Estado.

### *Período Democrático (1990- aos dias atuais)*

A caracterização das lideranças políticas no período democrático deverá considerar o presidencialismo de coalizão, o federalismo e o multipartidarismo como elementos centrais. Não obstante, o ambiente da sociedade civil tornar-se-á cada vez mais complexo e, neste contexto, deverão ser consideradas as lideranças políticas vinculadas a agenda social dos diversos movimentos em atuação nas questões de cidadania, tanto no ambiente urbano quanto no rural.

### **Seleção inicial das lideranças políticas**

Uma vez definida a divisão cronológica, foi feito levantamento inicial das lideranças políticas de cada período, constituindo uma lista de mais de uma centena nomes.<sup>8</sup> É certo que nem todos os nomes serão trabalhados em profundidade nas metas

---

<sup>8</sup> São eles: Abdias Nascimento; Ademar de Barros; Aécio Neves; Afonso Arinos; Afonso Penna; Alberto Sales; Alceu Collares; Almino Afonso; Aloízio Mercadante; Franco Montoro; Aureliano Chaves; Antonio Carlos Magalhães; Antonio Carlos Magalhães Neto; Antony Garotinho; Apolonio de Carvalho; Armênio Guedes; Costa Silva; Artur Bernardes; Benedito Valadares; Benjamin Constant; Bernardo Vasconcelos; Berta Lutz; Brás Florentino; Café Filho; Carlos Lacerda; Carlos Lamarca; Carlos Luz; Carlos Marighella; César Maia; Chico Alencar; Ciro Gomes; Clóvis Moura; Delfim Ribeiro; Dilma Rousseff; Feijó; Dom Paulo Evaristo Arns; Duarte da Costa; Eduardo Campos; Eduardo Cunha; Eduardo Paes; Eduardo Suplicy; Médici; Eptácio Pessoa; Ernani Peixoto; Ernesto Geisel; Evaristo de Moraes Filho; Fernando Collor; Fernando Haddad; Fernando Henrique Cardoso; Fernando Gabeira; Floriano Peixoto; Assis Chateaubriand; Rodrigues Alves; Francisco Julião; Geraldo Alckmin; Getúlio Vargas; Gilberto Kassab; Glauber Rocha; Golbery Couto Silva; Gregório Bezerra; Guilherme Boulos; Heloísa Helena; Hermes da Fonseca; Castelo Branco; Leopoldina; Itamar Franco; Ivan Valente; Jackson de Figueiredo; Jacob Gorender; Jacques Wagner; Jânio Quadros; Jarbas Passarinho; Jean Willys; João Amazonas; João Figueiredo; João Goulart; João Mangabeira; João Bragança; João Pessoa; Joaquim Araújo; Joaquim Rabelo; Joaquim Xavier; José Bonifácio; José do Patrocínio; José da Silva Lisboa; José Dirceu; José Genoíno; José Linhares; José de Alencar; José Oiticica; José Sarney; José Serra; Júlio Prestes; Júlio Castilhos; Juscelino Kubitschek; Leonel Brizola; Luciana Genro; Luis Carlos Prestes; Lula; Luiza Erundina; Deodoro da Fonseca; Campos Sales; Manuela Dávila; Marcelo Freixo; Márcio Emanuel Moreira Alves; Marco Antonio de Oliveira Maciel; Maria Leopoldina; Maria Osmarina; Marina Silva; Mário Covas; Mário de Andrade; Mario Palmério; Mário Pedrosa; Marta Suplicy; Mem de Sá; Michel Temer; Miguel Arraes; Miro Teixeira; Moreira Franco; Mota Assunção; Nereu Ramos; Nilo Peçanha; Olívio Dutra; Onyx Lorenzoni; Orestes Quécia; Padre Cícero; Paulino José Soares; Maluf; Pedro Aleixo; Pedro de Bragança e Bourbon; Pedro Simon; Pedro Pomar; Petrónio Portela; Plínio de Arruda Sampaio; Plínio Salgado; Prudente de Moraes; Ranieri Mazzilli; Regente Araújo; Roberto Costa; Roberto Freire; Roberto Requião; Robson Rodovalho; Rodrigues Alves; Roseana Sarney; Rui Barbosa; Rui Costa Pimenta; Sérgio Cabral; Silas Malafaia; Silva Jardim; Tancredo Neves; Tarso Genro;

futuras do projeto. E é certo, também, que será necessário realizar um recorte mais profundo para a análise do período contemporâneo. Em todo caso, neste primeiro momento da pesquisa, a fim de que seja possível analisar os diversos casos e reunir material suficiente para realizar comparações e justificar exclusões ou inclusões, bem como recortes futuros, o grupo tem arrolado tudo que julga ser historicamente pertinente para constituição de uma tipologia de liderança política em cada período da cronologia política do Brasil, independentemente da liderança ser parlamentar, popular ou de um determinado grupo social.

Essa listagem, assim, nos auxiliará a analisar o sentido da “movimentação” das diversas lideranças políticas nos diferentes tempos históricos, percebendo suas semelhanças e diferenças ao longo do tempo, para que tenhamos um painel de dados empíricos, que venha a colaborar para a fundamentação de um conceito, ou mesmo de conceitos, sobre *liderança política*.

Assim, com o objetivo de coletar informações de e sobre as lideranças políticas brasileiras e, posteriormente, sistematizá-las em relação a cada período, relevando os cargos que ocuparam, os movimentos que participaram e as ideias que defenderam, definimos um instrumento de pesquisa denominado ‘biofichas’.

As ‘biofichas’ constituirão formulários organizados segundo parâmetros pré-definidos onde serão organizadas súmulas originais com informações biográficas e de referências de cada personalidade elencada para a composição do quadro geral de lideranças políticas brasileiras nos distintos períodos históricos.

Anexamos a seguir o modelo da ‘bioficha’ com os parâmetros de preenchimento:

### **BIOFICHA – LIDERANÇAS POLÍTICAS BRASILEIRAS**

**Nome:** Nome de registro completo

**Nome(s) político(s):** Nomes e/ou alcunhas e apelidos políticos ao longo da carreira

**Data de nascimento:** dd/mm/aaaa

**Data de falecimento:** dd/mm/aaaa ou 'não se aplica'

**Cidade natal:** nome da cidade

**Cidade de falecimento:** nome da cidade ou 'não se aplica'

**Estado natal:** UF ou nome da província, quando for o caso

**Estado de falecimento:** UF ou nome da província, quando for o caso (se falecido em outro país, colocar o nome do país no próximo campo) ou 'não se aplica'

**País de falecimento:** nome do país onde a liderança faleceu

**Causa da morte:** causa ou 'não se aplica'

**Formação:** curso de formação superior, quando for o caso ou 'não se aplica'

**Instituição de formação:** nome e sigla da instituição ou 'não se aplica'

**Ano de ingresso:** ano ou 'não se aplica'

**Ano de conclusão:** ano ou 'não se aplica'

*Nota biográfica com no mínimo 1500 e no máximo 3000 caracteres com espaço. A nota biográfica deve ser original, de modo que não se pode simplesmente copiar e colar o texto de outras referências. O texto não deve conter citações e/ou referências (as referências de consulta vão abaixo, em item específico) e deve ser feito levando-se em consideração os itens biográficos da lista acima, bem como contexto político em que desenvolveu sua trajetória e quais cargos políticos e/ou institucionais ocupou e por ou em quais organizações. Se político e intelectual, deve-se compor a nota, considerando estas duas esferas na trajetória. Reitera-se que é importante frisar os partidos e instituições pelas quais passou, bem como alianças e relações mais próximas com outras lideranças quando for o caso. A composição do texto deve ser realizada em formato dissertativo; não utilizar tópicos, portanto.*

*No caso das atuações políticas e/ou institucionais, deve-se colocar, entre parênteses de frente ao cargo e/ou posição ocupada, o ano de início e fim. Quando se tratar de cargo eletivo, deve-se considerar o ano da eleição como o ano de início e o término de mandato como ano de fim, no seguinte formato ex.: Presidente da República (2002-2006).*

Abaixo apresentamos uma bioficha preenchida com a trajetória política de Tancredo Neves, personalidade relevante na política brasileira após os anos 1930 e central no processo de redemocratização.

**Nome:** Tancredo de Almeida Neves

**Nome(s) político(s):** Tancredo Neves; Tancredo

**Data de nascimento:** 04/03/1910

**Data de falecimento:** 21/4/1985

**Cidade natal:** São João Del Rei

**Cidade de falecimento:** São Paulo

**Estado natal:** MG

**Estado de falecimento:** SP

**País de falecimento:** Brasil

**Causa da morte:** diverticulite

**Formação:** direito

**Instituição de formação:** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Ano de ingresso:** 1928

**Ano de conclusão:** 1933

*Tancredo de Almeida Neves, nascido no dia 04 de março de 1910, inicia sua vida política em Belo Horizonte durante o curso de Direito e, em 1929, passa a integrar a Aliança Liberal, coligação pró-Getúlio Vargas, em oposição à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República.*

*Filiado ao Partido Progressista (PP), Tancredo Neves é eleito vereador em São João Del Rei (1935-1938), sua cidade natal. Posteriormente, deixa o PP para se filiar ao Partido Social Democrático (PSD), pelo qual é eleito deputado estadual (1947-1950) por Minas Gerais e na sequência deputado federal pelo mesmo estado (1950-1954).*

*Interessante notar que antes do Estado Novo, Getúlio Vargas procurou estreitar laços com Minas Gerais, especialmente com o interventor Benedito Valadares, assim, no intuito de diminuir a força dos clãs políticos tradicionais locais e, ao mesmo tempo, fomentar a emergência de novas lideranças políticas, em 1945, Vargas cria o PSD, partido que Tancredo fez parte.*

*Boris Fausto (2008) trazendo essa relação entre Minas Gerais e Getúlio Vargas nos faz lembrar que esse estado se dividia, desde a I República, entre a economia cafeeira, o gado e uma insípida indústria, o que o obrigava a depender financeiramente da União. De acordo com o historiador, essa conjuntura teria levado a elite política mineira a empreender uma profissionalização precoce no campo político e uma singular especialização na administração do conflito.*

*Algo que Santayana (1985) identifica na figura de Tancredo através das características personalistas como a moderação e a conciliação, segundo o mesmo autor, traços típicos da política mineira.*



*Durante a legislatura de 1950-1954, Tancredo Neves é escolhido Presidente da Câmara (1951-1953) por seus pares e Ministro da Justiça (1953-1954) pelo presidente Getúlio Vargas, testemunhando o assédio de seus inimigos e a sua dramática morte em 24 de agosto. Reassume o mandato de deputado federal no mesmo mês, mas não consegue se candidatar ao pleito que se realizou no mesmo ano, por não ter se desincompatibilizado do cargo a tempo.*

*Entre 1955 e 1956, Tancredo exerce a função de diretor do Banco de Crédito Real de MG, para depois assumir a direção da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Continuando na máquina pública, assume, em 1958, a Secretaria de Finanças de MG. Em 1960, Tancredo volta a concorrer a um cargo eletivo, desta vez, como governador de MG, mas é derrotado por Magalhães Pinto da União Democrática Nacional (UDN).*

*Além desses cargos eletivos, Tancredo, após renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, passa a ser um dos principais articuladores da instalação do parlamentarismo no Brasil, sendo o primeiro a ocupar o cargo de primeiro-ministro (1961-1962), assegurando o empossamento de João Goulart.*

*Posteriormente, contudo, fora substituído por Francisco de Paula Brochado da Rocha e depois por Hermes Lima, e, assim, passa a concorrer ao cargo de deputado federal por Minas Gerais (1962-1966) pelo PSD – um mandato que é concluído no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), visto que, após o golpe militar de 1964, os partidos existentes foram extintos pelo Ato Institucional nº 2, restando apenas duas organizações partidárias: a Arena (Aliança Renovadora Nacional) que correspondia à situação e o MDB que figurava uma oposição controlada.*

*No contexto do regime militar, Tancredo Neves foi eleito deputado federal em mais três disputas pelo MDB (1966-1970), (1970-1974) e (1974-1978). Em 1977, foi eleito líder da bancada emedebista na Câmara e no ano seguinte é eleito senador (1978-1982) pelo MDB, terminando o mandato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), por conta da reforma partidária de 1979.*

*Nesse meio tempo, Tancredo ajuda a fundar o PP (Partido Popular), do qual foi presidente, contudo, com o novo pacote eleitoral (1982) chamado de “Voto Vinculado” que proibia tanto as coligações partidárias, quanto obrigava o eleitor a votar em um mesmo partido para todos os cargos, Tancredo volta para o PMDB. Na eleição de 1982, Tancredo é eleito governador de Minas Gerais (1982-1985) pelo PMDB e passa também a ser um dos participantes mais ativos das Diretas Já entre 1983 e 1984.*

*Porém, a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada, e o que poderia ser um empecilho para Tancredo, tornou-se uma vantagem em relação a Paulo Maluf, o candidato do PDS (antiga Arena) expressivamente reprovado popular e politicamente. Assim, os anseios democráticos dispersos com o final da Campanha passam a ser “canalizados na candidatura de Tancredo Neves, e isto foi preponderante na formação de sua imagem, favorecendo-o frente ao Colégio Eleitoral” (CHICARINO, 2012, p. 52).*

*Diante desse contexto e produto de uma articulação conservadora entre os liberais de dentro do regime militar e os moderados da oposição, Tancredo Neves é eleito presidente da República no Colégio Eleitoral com José Sarney como vice em 1985, mas morre antes de sua posse, aos 75 anos no dia 21 de abril, assumindo Sarney, ex-presidente da Arena, a organização partidária situacionista durante grande parte do regime militar.*

Aqui, pretendemos demonstrar de forma sintética alguma nota teórica, bem como a forma de preenchimento das biofichas. A ideia é que, posteriormente, uma vez que tenhamos todos as biofichas preenchidas, seja feita uma consistência dos dados comparando-os a várias fontes – conferindo e/ou preenchendo lacunas – de modo que possam compor uma tabulação onde nome, origem, formação, cargos exercidos, tamanhos de mandatos, associações e filiações políticas das lideranças políticas brasileiras possam ser consultados de forma mais dinâmica.

Ainda, uma vez concluídas as etapas de preenchimento e tabulação dos dados será possível verificar formas digitais de disponibilizar o resultado das atividades (biofichas, bancos de dados, infográficos, sociogramas) para consulta pública na internet. Essa, enfim, uma das metas do projeto: disponibilizar uma fonte de pesquisa sobre política brasileira, sistematizada na internet, para estudantes, pesquisadores e interessados.

### **Referências bibliográficas**

BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Humanitas, 2007.

CARVALHO, José Murilo. Os três povos da República. In: *Revista da USP*, São Paulo, n.59, p. 96-115, set-nov 2003.

CHICARINO, Tathiana. *Tancredo Neves: o desenrolar de uma liderança política*. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.5, n.14, p.47-67, jun.-set. 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel. A política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Circulo do Livro, 1976.

POMIAN, Krzysztof. A História das Estruturas. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRATA, Nair; CAMPELO, Wanir. *Tancredo Neves. A travessia midiática*. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e Transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Política, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder & Política. Crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. A lenta via brasileira para democratização. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1988.

VIANNA, Luiz Werneck. *De um plano Collor a outro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1991.

VOVELLE, Michel. A História e a Longa Duração. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez, 2001.